



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIME Nº 227926-7

COMARCA : ITAMBÉ

APELANTE : SEVERINO DA COSTA

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS – ARTIGO 33, DA LEI 11.343/2006 – CONDENAÇÃO – RECURSO INTERPOSTO PELA DEFESA ALEGANDO INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – PEDIDO DE ALBSOLUÇÃO – SUBSIDIARIAMENTE, REQUEREU A REAPRECIAÇÃO DA DOSIMETRIA DA PENA – AUTORIA DELITIVA DEVIDAMENTE PROVADA, ANTE A CONFISSÃO DO APELANTE, A DELAÇÃO DO CORRÉU E AS DEMAIS TESTEMUNHAS OUVIDAS – NÃO MERECEM GUARIDA AS ALEGAÇÕES DA DEFESA QUE BUSCAM DESVALORIZAR O CORPO PROBATÓRIO – PENA DEFINITIVA FIXADA EM OFENSA AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. ANÁLISE DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NÃO RESULTOU DE FORMA NEGATIVA A PONTO DE PERMITIR A EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE MUITO ACIMA DA REPRIMENDA MÍNIMA COM FUNDAMENTO EM AÇÕES E INQUÉRITOS PENAIIS EM CURSO – APLICAÇÃO DA SÚMULA 444 STJ – REDUÇÃO DA PENA AO MÍNIMO LEGAL DE 05 ANOS DE RECLUSÃO E 500 DIAS-MULTA – REGIME SEMIABERTO – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao apelo, tudo consoante



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

parecer ministerial, relatório e votos digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 30 de 06

de 20 14 .

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0227926-7
ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ITAMBÉ
APELANTE: SEVERINO DA COSTA
APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DES. ROMERO DE OLIVEIRA ANDRADE
REVISOR: DES. FAUSTO DE CASTRO CAMPOS
PROCURADORA DE JUSTIÇA CONVOCADA: DRA. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

RELATÓRIO

Trata-se de apelação criminal interposta por SEVERINO DA COSTA, contra a decisão que julgou procedente a pretensão acusatória formulada pelo Ministério Público de 1º grau, condenando-o nas sanções do **artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (crime de tráfico de drogas)**, sendo fixada **pena definitiva de 08 (oito) anos de reclusão e pagamento de 700 (quinhentos) dias-multa.**

Relatou a denúncia que, no dia 25 de novembro de 2008, por volta das 10:00 horas, na casa localizada na Rua José Mendes Filho, nº 100, Jardim Bela Vista, II, na cidade de Itambé, residência do acusado Severino Ramos Nunes Juvenal, o mesmo foi flagrado por policiais civis com setenta e dois papелotes de maconha e mais uma arma de fogo, tipo revólver, calibre 38, numeração 1521803, sendo conduzido à DEPOL e autuado em flagrante por tráfico de substância entorpecente e por ocultar a arma de fogo acima aludida.

O acusado SEVERINO RAMOS NUNES JUVENAL, conhecido por "Raminho" ou "China", alegou que a droga apreendida era de propriedade do segundo acusado e ora apelante SEVERINO DA COSTA, e que a mesma seria comercializada no horário das 18h00 até as 22h00, nas proximidades do Posto de Saúde da Família do bairro e ao preço de três reais a unidade do papелote e que apenas recebia quantia de R\$100,00 (cem reais) a R\$150,00 (cento e cinquenta reais) para esconder a droga antes de ser comercializada.

LGV/MEAC

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 – 2º andar – Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax: 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Romero de Oliveira Andrade**

Cumpridos os trâmites processuais de estilo, foi prolatada sentença condenatória em 26 de abril de 2010 (fls. 232/237).

Recurso interposto tempestivamente, com razões apresentadas pelo Defensor Público, Bel. André Farias Mendonça (fls. 248/257), alegando que a condenação não encontrou respaldo no frágil estofo probatório, pugnando, com isso, pela absolvição. Subsidiariamente, pugna pela reforma da sentença, no sentido de diminuir a pena imposta, a fim de fixá-la no seu mínimo legal.

Contrarrazões apresentadas pela Promotora de Justiça, Dra. Rosemary Souto Maior de Almeida (fls. 289/261), pronunciando-se pelo não provimento do apelo, para que seja a sentença mantida em todos os seus termos.

A eminente Procuradora de Justiça Convocada, Dra. Patrícia Carneiro, ofereceu parecer às fls. 272/276, opinando pelo **provimento parcial** do apelo, apenas para redimensionar a pena imposta ao apelante, mantendo-se todos os demais termos da sentença condenatória.

O apelante aguarda julgamento do recurso recolhido a Cadeia Pública de Itambé, conforme se verifica às fls. 244.

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 30 de maio de 2011.


Des. Romero de Oliveira Andrade
Relator

LGV/MEAC

Fórum Thomaz de Aquino Av. Martins de Barros, 593 - 2º andar - Santo Antônio - RECIFE-PE CEP: 50520-050
Telefone: (0 XX 81) 3419 3640/Fax 3419 3643 Celulares: (0 XX 81) 96016221 ou (0 XX 81) 99729784
E-mail: roan@tjpe.jus.br



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

292

ÓRGÃO JULGADOR : PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

APELAÇÃO CRIME Nº 227926-7

COMARCA : ITAMBÉ

APELANTE : SEVERINO DA COSTA

APELADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

DES. RELATOR: LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

DES. REVISOR: ROBERTO FERREIRA LINS

PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. PATRÍCIA CARNEIRO TAVARES

VOTO

O apelante SEVERINO DA COSTA, foi condenado pela prática do crime previsto no artigo 33, da Lei 11.343/06, sendo imposta pena definitiva de 08 (oito) anos de reclusão, mais 700 (setecentos) dias-multa em regime inicialmente fechado.

Analisando primeiramente o pedido de absolvição, sob a alegação de insuficiência de provas, após minuciosa leitura dos presentes autos, constato que o inconformismo exposto pelo apelante não merece ser acolhido, vez que a condenação foi alcançada com base no conjunto probatório produzido durante o sumário de culpa, possibilitando uma sólida demonstração da materialidade e autoria delitiva.

No caso, o corréu Severino Juvenal, conhecido como "Raminho", afirmou que a droga apreendida pertencia ao ora apelante, Severino da Costa, conhecido por "Biino". Destacou que:

(...) de fato, os policiais encontraram 72 papелotes de maconha e a arma de fogo; que tinha conhecimento de que estavam guardados no quintal de sua casa a droga e a arma; que o acusado "Biino" falou ao interrogando que lhe pagaria uma quantia de R\$ 100,00 a R\$ 150,00 para que este guardasse a droga em sua residência; que a arma e a droga apreendidas pertenciam a "Lito"; que "Lito" e "Biino" são traficantes de drogas; que não vendia drogas nem usava; que foi a primeira vez que armazenou drogas em sua residência; (...) que "Lito" quando pediu ao interrogando para guardar a droga em sua residência estava em companhia de Jack Chan, Biino e Ivan; que Jack Chan também vendia drogas(...)". (fls.195)

Quando ouvido em Juízo, o ora apelante, Severino da Costa, assim se pronunciou:

(...) que "RAMINHO" pagava R\$100,00 ao interrogando, para vender drogas no Jardim Bela



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

293

Vista; que a droga pertencia a "RAMINHO" e a "VANICE", esposa de "RAMINHO"; que a arma de fogo também era de "RAMINHO"; que não sabe se "LITO" fazia tráfico de drogas; que ficou traficando drogas por 15 dias; (...). (fls.220)

O Policial Severino Ferreira de Lyra, que participou da Prisão do correú, afirmou:

Que confirma o depoimento prestado às fls. 21, a qual foi lida em audiência; que a informação recebida pela DEPOL é que o acusado RAMINHO vendia drogas e não apenas as armazenava; que a arma de fogo foi encontrada no quintal da residência do acusado; que quando prenderam o acusado este disse que droga pertencia e BIINO, mas não sabia onde este se encontrava; que o depoente e os demais policiais encontraram a residência do acusado BIINO, mas este se evadiu. (fls.189)

Ora, pelos relatos, restou claro que o apelante, embora não tenha sido encontrado na posse da droga, possui envolvimento com o tráfico de entorpecentes, tendo ele próprio afirmado que traficou drogas por cerca de 15 dias.

Destaco ser inconteste o valor probatório no que diz respeito à delação do co-denunciado, quando coerente e confirmada por outra fonte de informação, como no caso em análise.

É este o entendimento jurisprudencial:

EMENTA: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. LEI Nº 6.368/76. SUFICIÊNCIA DAS PROVAS DE AUTORIA. REEXAME INVIÁVEL NA VIA ELEITA. DELAÇÃO DE CORRÉU CORROBORADO POR OUTROS ELEMENTOS. LEI Nº 11.343/06. IMPOSSIBILIDADE DE COMBINAÇÃO DE LEIS. NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO DA LEI MAIS FAVORÁVEL EM SUA INTEIREZA. ACÓRDÃO CONSONANTE COM ESSE ENTENDIMENTO. PENA-BASE. FIXAÇÃO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL DE FORMA FUNDAMENTADA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS. MAIS DE 5 TONELADAS DE MACONHA. SUBSTITUIÇÃO DA PENA. INVIABILIDADE. SANÇÃO DE 12 ANOS DE RECLUSÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Inexiste constrangimento ilegal se as instâncias originárias, analisando detidamente as provas produzidas nos autos, concluíram que são suficientes para embasar a condenação por tráfico de drogas e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

por associação para o tráfico. Ressaltaram o fato conjunto probatório existente, que não se resume à delação do corréu, pois esta foi corroborada por diversos outros depoimentos colhidos na fase extrajudicial e em juízo. Assim, não cabe a esta Corte, na via estreita do habeas corpus, proceder ao reexame de tais provas. (...) 6. Ordem denegada. (STJ - HC 150736/MS. Relator Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 17/03/2011, DJe 04/04/2011). Grifel.

Então se vislumbra que a condenação do apelante se deu em virtude a confissão do mesmo, da delação do corréu e da prova testemunhal, que não se mostraram em momento algum contraditórios.

Portanto, pelo exposto, entendo inadmissível o pleito absolutório pretendido pela defesa.

No que tange ao pedido sucessivo para redução da pena-base, compulsando os autos, verifico que assiste razão à defesa.

Ao aplicar a pena, assim se pronunciou o Magistrado a quo:

(...) O traficante, como se sabe, é um dos piores delinqüentes da atualidade, sendo certo que o tráfico ilícito de entorpecentes decorrem a dependência e a morte prematura de milhares de jovens no mundo. No entanto, ponderando a sua situação social, bons antecedentes, visto que o causado é primário, apesar de responder a outros processos na justiça e tudo o que mais consta no art. 59 do Código Penal, fixo a pena-base em 09(nove) anos de reclusão e 800 dias-multa. Em face da confissão espontânea, reduzo a pena em 01 anos e 100 dias-multa.

Dessa forma, a pena do réu será de 08 anos de reclusão mais 700 dias-multa, pela violação da referida norma, tornando-a definitiva(...)

Há de se lembrar que o crime cometido pelo apelante encontra-se capitulado no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 e prevê pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos, afora pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

No caso, a pena-base foi fixada no quantum de 09 (nove) anos de reclusão e 800 dias-multa, tendo a magistrada a quo se afastado do mínimo legal sem uma fundamentação efetiva, posto que elevou a



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

pena-base com fulcro na gravidade abstrata do delito, além de mencionar que o apelante responde a outros processos.

Ora, como é sabido **"é vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base" (Súmula 444 do STJ)**. Além disso, qualquer afastamento da pena-base do mínimo legal deve ser motivado de forma concreta e vinculada, sob pena de afronta ao artigo 93, IX, da CF/88.

Em decorrência, considerando a primariedade do acusado, reduzo a pena-base para o mínimo legal de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa. Deixo de promover a redução pela atenuante da confissão, ante o óbice da Súmula nº 231 do STJ, segundo a qual: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Destaco que, mesmo sendo o acusado primário e detentor de bons antecedentes, entendo inviável a aplicação da causa especial de diminuição de pena prevista no §4º do artigo 33 da Lei nº 11.343/06, posto que há indícios demonstrando que o acusado integra grupo voltado ao tráfico de entorpecentes, juntamente com o corréu "Raminho", "Lito" e "Jack Chan".

Assim, à míngua de qualquer causa de aumento ou diminuição de pena, resulta **a pena definitiva fixada em 05 (cinco) anos de reclusão e 500(quinhentos) dias-multa**.

Por fim, em relação a regime de cumprimento da pena, destaco que a estipulação do regime inicial fechado – contida no art. 2º, §1º, da Lei 8.072, que fora alterado pela Lei 11.464/07, foi superada pelo Pretório Excelso em decisões recentes. A esse respeito, confira-se o teor do informativo nº569 do Supremo Tribunal Federal, *in verbis*:

A Turma, superando a restrição fundada no Enunciado 691 da Súmula do STF, concedeu habeas corpus a condenado pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes (Lei 11.343/2006, art. 33) para determinar que tribunal de justiça substitua a pena privativa de liberdade por outra restritiva de direitos ou, havendo reversão, que o início do cumprimento da pena privativa de liberdade se dê no regime aberto. Assentou-se que a quantidade de pena imposta — 3 anos —, não constando circunstâncias desfavoráveis ao paciente, que não registra antecedentes, permitiria não só que a pena tivesse início no regime aberto (CP, art. 33, § 2º, c), mas,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

GABINETE DO DES. LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley, 3º andar – fone: (81) 3419-3670
Av. Martins de Barros, 593, São José, Recife – PE – CEP: 50.010-230

também, a substituição por pena restritiva de direitos (CP, art. 44, § 2º, segunda parte). HC 101291/SP, rel. Min. Eros Grau, 24.11.2009. (HC-101291)

O citado writ possui a seguinte ementa:

.EMENTA: HABEAS CORPUS. PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. FIXAÇÃO DA PENA. CIRCUNSTÂNCIAS FAVORÁVEIS. IMPOSIÇÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO MAIS GRAVE DO QUE O PREVISTO EM LEI. DIREITO À SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR OUTRA RESTRITIVA DE DIREITOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXCEÇÃO À SÚMULA 691. Tráfico de entorpecentes. Fixação da pena. Circunstâncias judiciais favoráveis. Pena fixada em quantidade que permite a substituição da privação de liberdade por restrição de direitos ou o início do cumprimento da pena no regime aberto. Imposição, não obstante, de regime fechado. Constrangimento ilegal a ensejar exceção à Súmula 691/STF. Ordem concedida. (STF - HC Nº101.291/SP; Relator (a); Ministro Eros Grau; Julgamento: 24/11/2009, Segunda Turma; DJe-027: 12/02/2010)

Com efeito, fixo, nos termos do art. 33, §2º, "b", do Código Penal, o regime semiaberto para o cumprimento da pena.

Diante do exposto, considerando que a materialidade e autoria delitiva restaram devidamente comprovadas, acolho, na íntegra, o parecer oferecido pela Procuradoria de Justiça Criminal, e VOTO PELO PROVIMENTO PARCIAL DO APELO, tão somente para reduzir a reprimenda para **05 (cinco) anos de reclusão e 500 dias-multa, modificando o regime de cumprimento da pena para o semiaberto, mantendo a sentença condenatória intocável no restante.**

É como voto.

Recife, 16 de 06 de 2014.

Leopoldo de Arruda Raposo
Desembargador Relator



297

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Crime nº: 000916-29.2008.8.17.0770 (227926-7)
Comarca: Itambé
Juízo: Vara Única
Apelante: Severino da Costa
Apelado: Ministério Público de Pernambuco
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Revisor: Des. Fausto Campos

VOTO DE REVISÃO

Inconformado com a sentença que o condenou pelo crime previsto no art. 33, da Lei 11.343/06, foi aplicada a pena de 08 (oito) anos de reclusão, e 700 (setecentos) dias-multa a ser cumprida em regime inicial fechado.

O apelante interpõe o presente recurso alegando que o conjunto probatório constante dos autos é frágil para permitir a sua condenação. Pugnando assim por sua absolvição, e pela reforma na dosimetria da pena, a qual foi excessivamente aplicada, considerando as circunstâncias judiciais favoráveis ao apelante.

A autoria foi devidamente comprovada, através da prova judicial colhida nos autos, da confissão do próprio apelante, que afirma que vendia e traficava drogas, bem como da delação e das provas testemunhais que confirmaram que o recorrente participava da comercialização.

Com relação à materialidade do aludido delito, ficou patente no laudo de constatação de fls. 144/147, nos depoimentos das testemunhas e no contexto da confissão dos próprios acusados.

Em seu parecer a Procuradora de Justiça opinou pelo provimento parcial do apelo, para redimensionar a pena imposta ao apelante, mantendo-se todos os demais termos da sentença condenatória.

Importante salientar que o crime cometido pelo recorrente disposto no art. 33, *caput*, da Lei nº 11343/06 prevê pena de reclusão de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos, fora o pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

291

(mil e quinhentos) dias-multa. Ao fixar a pena em 08 (oito) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa, a magistrada *a quo* se afastou do mínimo legal sem uma fundamentação adequada.

As circunstâncias judiciais usadas como parâmetros para o afastamento do mínimo legal cominado ao delito a que foi condenado o acusado não se prestam a justificar este aumento, pelo que, o apelante é primário e portador de bons antecedentes.

Entretanto, mesmo sendo primário e detentor de bons antecedentes, é inviável a aplicação da causa especial de diminuição da pena prevista no § 4º do art. 33 da lei anti drogas, em face de que há indícios nos autos que comprovam ser o acusado integrante de um grupo voltado ao tráfico de entorpecentes, juntamente com o corréu "Raminho".

Quanto a atenuante de confissão, deixo de promover a redução, ante o óbice da Súmula nº 231 do STJ, que dispõe: "A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal".

Nos termos do art. 33, § 2º, "b", do CP, fixo o regime semiaberto para o cumprimento da pena.

Analisando a pena aplicada pelo juízo *a quo*, verifico que certas circunstâncias judiciais foram indevidamente consideradas. Pelo que, sigo o voto do Relator, no sentido de reduzir a pena-base para o mínimo legal de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, modificando o regime de cumprimento da pena para o semiaberto.

Diante de todo o exposto, acompanho integralmente o voto do relator pelo **PROVIMENTO PARCIAL** do apelo, mantendo os demais termos da sentença condenatória.

É como voto.

Recife, 16 de junho de 2014.

Des. Fausto Campos
Revisor